

Projeção de poder estatal e transnacionalização de interesses: uma análise do comportamento dos Estados Unidos na UNESCO

State power projection and transnationalization of interests: An analysis of United States behavior at UNESCO

Jéssica Silva Fernandes*
Dawisson Belém Lopes**

Resumo

O presente artigo investiga, em três momentos distintos, a partir do modelo teórico agente-principal, a projeção de poder estadunidense sobre a UNESCO e as reações da instituição em cada cenário. Como será demonstrado, identificou-se que os Estados Unidos têm uma forte representação, financeira e discursiva, dentro da UNESCO e baixa lealdade à instituição. A análise histórica do comportamento dos EUA na UNESCO se mostrou profícua para entender a importância da projeção de ideais na agenda de política externa estadunidense. Sob essa perspectiva, a UNESCO mostra-se uma interessante plataforma, utilizada pelos EUA para transnacionalizar ideias e defender interesses nacionais no cenário internacional.

Palavras-chave: organizações internacionais, política externa, UNESCO, Estados Unidos, transnacionalização de interesses.

Abstract

This article investigates in three different moments, under a principal-agent theoretical framework, the American state power projection over UNESCO and the institution's reactions in each scenario. As will be shown, US is a powerful finance and discursive representation but is not always loyal to this institution. A historical analysis of US behavior at UNESCO has allowed to grasp the importance of ideology projection for American foreign policy. From this point of view, UNESCO can be understood as a useful platform to transnationalize ideas and support national interests in international relations.

Keywords: international organizations, foreign policy, UNESCO, United States, transnationalization of interests.

* Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: jessicasfernandes@gmail.com.

** Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: dawisson@ufmg.br.

1 Introdução

O surgimento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1945, traz consigo uma ampla discussão acerca da consolidação de organizações intergovernamentais/internacionais (OIGs ou OIs)¹ no cenário mundial. A UNESCO está inserida no âmbito das organizações internacionais de caráter global, tendo se constituído a partir do interesse manifesto e formalizado – por meio de um tratado internacional – por seus Estados partes. Segundo Darren Hawkins e colegas (2006), é razoável presumir que, a partir de um dado momento, os Estados passaram a delegar responsabilidades às OIs, as quais assumiram o *status* de representantes estatais em temas e áreas específicas de atuação. Para algumas correntes teóricas, as OIs são meras ferramentas que buscam assegurar os interesses dos Estados. Em outras perspectivas, as OIs, além de contribuírem com políticas autointeressadas de seus Estados membros, também podem adquirir autonomia no cenário internacional e nem sempre atender aos anseios dos seus Estados partes.

O ambiente das organizações internacionais é complexo e difícil de ser analisado, em função da multiplicidade de interesses identificados e do inerente conflito entre a soberania estatal e a anarquia do meio internacional. Nem sempre as normas criadas pelas OIs serão cumpridas à risca, pois seus grandes contribuintes possuem considerável capacidade de moldar a agenda, seja por meio de negociações bilaterais, seja por meio de mecanismos extraoficiais. Apesar da possibilidade de os grandes contribuintes criarem mecanismos para coagir os demais Estados pertencentes às OIs, identificamos que a UNESCO não adota um “modelo de justiça proporcional”, como acontece em grande parte das organizações internacionais². Isso quer dizer que, nas suas principais instâncias decisórias, a saber, Conferência Geral³, Conselho Executivo⁴ e Secretaria Geral⁵, praticam-se critérios que buscam assegurar a participação de todos os Estados membros nos diferentes *loci* da estrutura burocrática institucional. Além disso, Estados, ainda que contribuam com um percentual significativo do orçamento, não recebem privilégios sobre as políticas ou programas que serão traçados no interior da instituição. Assim, mesmo os Estados Unidos contribuindo com 22% do orçamento, os seus direitos e deveres, formalmente previstos pela Constituição da UNESCO de 1945, serão idênticos aos de um membro que contribua com aproximadamente 0,001% dos recursos institucionais, como é o caso de Kiribati (KOZYMKA, 2014). Em outras palavras, adota-se na UNESCO um “modelo de justiça igualitário”, de modo a diminuir a possibilidade de que a assimetria de poder entre

1 Utilizam-se, ao longo do texto, de maneira intercambiável, as siglas OI e OIG, bem como a expressão “instituição internacional”, para fazer referência ao mesmo tipo de ator internacional.

2 Em OIs como FMI, OMC e Banco Mundial, pode-se falar em princípio da proporcionalidade, o que garante a ampliação de direitos aos maiores contribuintes, caracterizando um tipo de justiça proporcional (KOZYMKA, 2014).

3 Conferência Geral é a instância decisória máxima da UNESCO, composta por 195 Estados membros e associados. Em suas sessões plenárias, todos os Estados têm direito a um voto.

4 Conselho Executivo é uma instância decisória intermediária da UNESCO, composta por 58 Estados membros, considerada a ponte entre a Conferência Geral e a Secretaria Geral.

5 Secretaria Geral é a instância decisória da UNESCO composta por um Diretor-Geral e o pessoal político e administrativo selecionado por esse representante. Trata-se de órgão que, ao longo dos anos, se tornou o espaço com maior capacidade de influenciar as ações e projetos da instituição.

os diversos Estados membros possa causar impactos nas decisões adotadas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Esse aspecto ganha relevância na análise das relações entre os Estados Unidos e a UNESCO, na medida em que essa se configura em um espaço onde elites e países mais pobres devem receber o mesmo tratamento – o que revela certa tendência à democratização do processo decisório, distinguindo-se fortemente da lógica que subsiste em grande parte das OIs de caráter global.

Não obstante, existe ceticismo a respeito da existência de arenas decisórias democráticas dentro das organizações internacionais globais. De acordo com Andrew Moravcsik (2004), as OIs tenderiam a incorporar um viés concentrador na sua estrutura interna, de modo a favorecer países mais ricos ou maiores contribuintes, por meio de direito de voto ponderado, de poder de veto ou, ainda, da chance de influenciar diretamente ou decidir sobre políticas, direito esse que, em algumas instituições internacionais, não seria concedido aos países mais pobres. O grande diferencial, no tocante à UNESCO, é que se estabelece uma relação complexa entre a OI e seus grandes contribuintes, já que os benefícios apontados por Moravcsik (2004) não estão previstos pela Constituição da UNESCO de 1945, e tampouco se dão na prática. Noutros termos, a organização não se mostra sempre disposta a incorporar anseios dos EUA (e dos outros maiores contribuintes da OI) no plano de ação institucional. Contudo, observa-se em alguns momentos históricos que a coerção financeira, a persuasão política e a pressão estadunidense por canais institucionais distintos (como, por exemplo, pelo setor de Comunicação e Informação (C&I); ou pela campanha política sobre os Diretores Gerais, figuras institucionais com grande capacidade para decidir sobre o curso de ação da UNESCO) podem causar considerável impacto à OI.

Tendo em vista toda essa complexidade, investiga-se neste artigo a relação entre Estados Unidos e UNESCO, a partir de marcos históricos distintos, quais sejam, os contextos do fim da Segunda Guerra Mundial, do auge da Guerra Fria e do pós-11 de setembro de 2001. Nesses períodos, notou-se a crescente projeção de poder estadunidense no cenário internacional e a adoção de uma política externa que buscava aliar interesses nacionais com a difusão transnacional de mensagens e imagens. Assim, destinam-se as próximas seções a explorar a conturbada relação entre Estados Unidos e UNESCO nos últimos anos, por meio da noção de “delegação” e demais pressupostos do modelo teórico agente-principal (HAWKINS ET ALII, 2006).⁶

6 Darren Hawkins et al. (2006) repensam os processos decisórios ocorridos em organizações internacionais multilaterais a partir da noção de delegação e de teorias “agente-principal” providas da democracia representativa. Dentro de tal chave analítica, dá-se a delegação quando “uma quantidade de autoridade política é concedida a um agente por um principal, empoderando-se aquele em nome deste” (Hawkins et al., 2006, p. 7). Segundo os referidos autores, a delegação no interior das OIs funciona em moldes muito similares àqueles da política doméstica, mas com a diferença de que, em lugar dos indivíduos, são os Estados que atribuem poderes (sempre limitados por um mandato) às organizações internacionais. Dessa maneira, as OIs são concebidas, evidentemente, como os agentes que podem implementar as decisões políticas dos Estados e perseguir estrategicamente os seus objetivos.

2 A UNESCO e o surgimento de uma plataforma de transnacionalização de ideias

A UNESCO consolida-se no cenário internacional em novembro de 1945, em um contexto de desfecho da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria. Embora seja estabelecida formalmente em meados dos anos de 1940, desde o início do século XX as iniciativas voltadas à cooperação internacional nos domínios de Educação, Cultura e Ciência (as duas últimas em menor escala que a primeira) começavam a emergir. A preocupação com a Educação, que nasce com ideais europeus ao final da Primeira Guerra Mundial, era entendida como uma possibilidade de que as guerras pudessem ser controladas e até erradicadas, ou que novos arranjos voltados para a paz pudessem ser concebidos⁷ (SEITENFUS, VENTURA, 2005).

As ideias europeias começaram a ganhar espaço no âmbito da Liga das Nações, com o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual⁸, muito embora não se observasse o interesse ou engajamento dos Estados Unidos nesse primeiro projeto de construir uma organização destinada a fomentar políticas de cooperação educacional com outros países. Sem embargo, podem ser encontradas, já àquela época, instituições e corporações de origem norte-americana que já vinham desenvolvendo ações voltadas à Educação no plano internacional, como, por exemplo, a Rockefeller Foundation. Contudo, ações governamentais entre EUA e Europa, no que se relaciona à Educação, passariam a adquirir maior concretude a partir da Conferência dos Ministros Aliados para a Educação (CMAE), ao final dos anos de 1930 e início dos anos de 1940. Este calha de ser, também, o período em que se registram maiores esforços políticos estadunidenses destinados a apoiar a criação de uma instituição internacional capaz de estimular a cooperação em áreas como Educação, Cultura e Ciência (SINGH, 2011).

Cabe mencionar que no cenário em que começava a ocorrer a Conferência dos Ministros Aliados para a Educação, discutia-se a criação de um conselho voltado para a cooperação no mundo. A CMAE funcionava como um comitê *ad hoc* e era composta, majoritariamente, por ministros de diversos países da Europa, como França e Inglaterra, e dos Estados Unidos. As reuniões revelavam a existência de divergências no que se relaciona ao foco de atuação da organização para Educação que se arquitetava por volta de 1943. Enquanto a França defendia a criação de uma organização voltada para Educação no nível superior, buscando dar sequência ao projeto de cooperação intelectual proposto pela Liga das Nações, os Estados Unidos apoiavam a criação de uma organização voltada para a educação das massas, e para a reconstrução educacional dos países europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial (SATHIAMURTHY, 1964).

⁷ Em meio à preocupação manifesta sobre as causas da guerra, Albert Einstein fora convidado a tornar-se um membro do Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual e refletir sobre as bases que poderiam guiar o ainda incipiente organismo. Nesse contexto, identificam-se as cartas entre Einstein e Sigmund Freud, que se destinaram a discutir as causas das guerras. Num interessante diálogo, Einstein se mostrava convencido de que o investimento em métodos educacionais poderia ser um meio para evitar que ameaças de guerra continuassem a ascender no cenário internacional. Einstein almejava encontrar e estabelecer estratégias capazes de “controlar a evolução da mente do homem” (SEITENFUS, VENTURA, 2009, p. 24) como caminho para evitar que o instinto destrutivo humano se propagasse (*ibidem*).

⁸ “O objetivo do IICI era de fortalecer a colaboração entre intelectuais e de culturas distintas, a fim de criar condições propícias ao surgimento de um novo humanismo, com o escopo de respaldar os esforços da Liga das Nações em prol da paz” (SEITENFUS, VENTURA, 2005, p. 9).

Os esforços estadunidenses antecipavam o interesse de reconstrução europeia e de criação de um Plano Marshall para as ideias. Em outros termos, a defesa estadunidense em muito se relacionava com a criação de um novo estilo de política externa, ao qual Nye (2004) se refere como *smart power*, pelo qual a projeção de ideias, por meio da educação e cultura, pode exercer um importante papel na defesa de interesses nacionais. Com a crescente pressão política estadunidense, notava-se que a proposta de instituir uma organização para a cooperação moral e intelectual, como defendida por franceses, parecia distanciar-se das discussões da CMAE. De acordo com Roger Coate, “muitos participantes da CMAE do Reino Unido rapidamente acolheram as sugestões dos EUA” (COATE, 1988, p. 28), e os EUA passariam a exercer influência irresistível na CMAE.

É de relevância destacar que, inicialmente, representantes estadunidenses defendiam a cooperação em âmbito educacional. A França, além de defender políticas para a cooperação educacional no nível superior, estimulava a inclusão de uma pauta destinada à cooperação cultural (ARCHIBALD, 1993). A Inglaterra, embora se aliasse às políticas estadunidenses na CMAE, defendia a inclusão da Ciência como alvo da organização. Ingleses como Julian Huxley e Joseph Needham, biólogo e bioquímico, respectivamente, diante da explosão de bombas atômicas em meados dos anos de 1940, atentavam para a necessidade de políticas que fossem capazes de promover a cooperação científica, de modo a garantir a paz entre os povos. No entanto, a inclusão da Ciência em meio à pauta de atuação da nascente UNESCO parecia ser rejeitada pelos Estados Unidos⁹.

Em meio a inúmeras reuniões dos Ministros Aliados para Educação, consolidou-se, sob a forma de organização internacional, em 1945, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura,¹⁰ uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), gerenciada pelo Conselho Social e Econômico das Nações Unidas (ECOSOC). De acordo com Chloé Maurel (2005), os EUA exerceram papel primordial no estabelecimento da nova instituição. Como defendido pelos EUA, os projetos relacionados à Educação estiveram, inicialmente, conectados à proposta de reconstrução dos países europeus fragilizados pela guerra. Atualmente, a Educação é a causa prioritária da UNESCO, recebendo a maior parte dos recursos financeiros institucionais. A imposição da palavra Ciência, no acrônimo UNESCO, talvez possa ser relacionada ao alinhamento entre Estados Unidos e Reino Unido no contexto de criação da UNESCO. A Cultura, segunda pauta com grande peso institucional, foi defendida fortemente pela França, e atualmente recebe um considerável volume de recursos. Nota-se nesse primeiro momento histórico do surgimento da UNESCO que a proposta de criação da organização tem origem na Europa, e influência de aspirações francesas e inglesas; contudo, os debates internacionais, provenientes da CMAE, sugerem que ocorreu, de fato, a predominância de interesses estadunidenses.

9 A despeito da incorporação do “S”, de “*Science*”, no acrônimo UNESCO, existia o receio estadunidense de que avanços da questão nuclear pudessem ser compartilhados internacionalmente. O lugar da ciência no sistema das Nações Unidas permaneceu, nos primeiros meses de funcionamento da ONU, como um domínio impreciso, sobre o qual não se tinha plena definição de como seria usado para estabelecer a cooperação e fomentar as iniciativas de paz no meio internacional (PETITJEAN, 2006b).

10 A organização internacional que viria a preceder a UNESCO recebeu o nome de Organização das Nações Unidas para a Reconstrução Educacional e Cultural, ONUREC. Essa organização incipiente seria a primeira tentativa de se construir a cooperação pela via educacional e cultural no âmbito das Nações Unidas. A Oi de caráter temporário previa a participação de todos os membros das Nações Unidas daquele período (PETITJEAN, 2006a).

3 Um mundo e muitas vozes: a polêmica sobre o Setor de Informação e Comunicação da UNESCO na década de 1980

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos vêm construindo sua identidade internacional por meio de diferentes vias de poder. Além dos incentivos destinados ao poderio militar e à ampliação do poder econômico, o país investe maciçamente em uma liderança tecnológica, científica e cultural como elementos essenciais para a projeção de poder internacional, produzindo padrões de consumo, agendas ideológicas e expandindo modelos de cultura. De acordo com Krige (2011), os padrões criados pelos Estados Unidos muitas vezes são capazes de moldar um consenso internacional e transformar agendas. Por isso, a política externa dos Estados Unidos passou a utilizar formas de poder difusas, buscando legitimar a liderança em situações específicas (Nye, 2002). Robert Cox (2010) caracteriza essa estratégia como um modo de se fazer política que recorre ao dito *smart power*, isto é, a combinação de diferentes modos de pensar e utilizar o poder na política internacional. Por meio do recurso a esse poder, ao mesmo tempo, brando e incisivo, representado por vias ideológicas e subjetivas, bem como materiais, os Estados Unidos seriam capazes de alcançar resultados e, ainda que sua capacidade material seja eventualmente abalada, sua legitimidade e importância internacionais poderiam prevalecer por outras modalidades que não as financeiras, econômicas ou militares.

Nesse sentido, a UNESCO passa a ser vista como um grande alvo da política externa estadunidense, pois Educação e Cultura poderiam contribuir, consideravelmente, com a transnacionalização de interesses governamentais de Washington. Cumpre sublinhar que, ao final da década de 1950 e início da década de 1960, se consolidava dentro da organização internacional um novo setor que não viera a ser incorporado no acrônimo UNESCO. Além de Educação, Ciência e Cultura, a UNESCO incorporava a Comunicação e Informação (C&I) como um novo segmento institucional. O setor de C&I buscaria atuar no cenário internacional de maneira a assegurar a liberdade de expressão e garantir um livre fluxo de informações, no auge da Guerra Fria (PRESTON ET ALII, 1989).

Destaca-se que tal setor passaria a despertar, cada vez mais, o interesse dos Estados Unidos. Em um primeiro instante, a delegação estadunidense acreditava que seria possível universalizar as informações veiculadas e, desse modo, propagandear ideais estadunidenses para outros países, durante a Guerra Fria. Contudo, em que pese o patente interesse estadunidense de ganhar maior visibilidade internacional por meio do monopólio da informação e comunicação, começaram a surgir, na década de 1970, políticas para reverter os desequilíbrios existentes entre Estados Unidos e demais membros da UNESCO – sobretudo no que se relaciona ao teor da informação veiculada (FRAUG-MEIGS, 2011). Ascendia nesse contexto dos anos de 1970, sob a direção do senegalês Amadou Mahtar M'Bow, um movimento que buscava discutir uma Nova Ordem Mundial para Informação e Comunicação (NOMIC), correlato à reivindicação por democratização dos meios de comunicação. O movimento era composto por vários membros da UNESCO, sobretudo países em desenvolvimento que estavam preocupados em assegurar a soberania também para as informações veiculadas dentro de seus territórios. Os grandes objetivos da NOMIC consistiam em encontrar maneiras de evitar a universalização de culturas ou ideologias, buscando garantir a pluralidade e liberdade de mídia e de expressão. Nesse

momento, começava-se a observar, no interior da UNESCO, a contestação dos Estados membros à ordem instaurada, na qual os Estados Unidos assumiam a preponderância, especialmente no que se relacionava à veiculação de informação (PRESTON ET ALII, 1989).

É diante desse quadro que as conturbações da relação entre Estados Unidos e UNESCO começaram a ser evidenciadas. O movimento NOMIC resultou na elaboração de um documento intitulado *Many Voices One World*, de autoria de Seán MacBride, na década de 1980, em que se constatava a existência de assimetrias em termos de informação e comunicação dentro da organização internacional. De maneira resumida, o documento sugeria reformas voltadas para a maior inclusão dos Estados membros na veiculação de informação e no uso dos meios de comunicação em massa, buscando assegurar a liberdade de expressão e o desalinhamento ideológico no contexto da Guerra Fria (MACBRIDE, 1980).

Logo, desde 1980 a instituição internacional passava por uma fase de reformas institucionais que mostrava a deterioração da aliança entre Estados Unidos e UNESCO. Cabe lembrar que, em 1981, o candidato do Partido Republicano Ronald Reagan foi eleito à presidência dos Estados Unidos, e começou a investir fortemente em política externa. As reformas institucionais engendradas no setor de C&I mostravam-se divergentes das propostas apresentadas pelo novo presidente. De acordo com Coate (1988), no período de reformas, representações estatais de origens distintas afirmavam que “as reformas dentro da UNESCO não seriam suficientes para satisfazer a administração Reagan” (COATE, 1988, p. 125) e, em muitos casos, as ações dos EUA criavam entraves, dificultando a concretização das reformas e mudanças propostas, e sugerindo inclusive que, talvez, a reforma não fosse um objetivo postulado pela delegação americana (COATE, 1988). Isso reforça, de mais a mais, a imagem de pragmatismo dos Estados Unidos na política internacional.

A insatisfação estadunidense face às mudanças institucionais da UNESCO, que vinham se desenrolando desde o final da década de 1970, catalisaram o desejo daquele Estado em deixar a instituição. Assim, em dezembro de 1983, o sexagésimo Secretário de Estado dos Estados Unidos, George Shultz, enviou uma carta a Amadou M’Bow, o então Diretor-Geral da UNESCO, formalizando o interesse da delegação em deixar a OI, o que ocorreria, efetivamente, em dezembro de 1984. De acordo com o documento enviado por Shultz, as propostas de reforma pretendidas pela UNESCO não seriam assentidas pela delegação – como, por exemplo, a maior politização dos setores de deliberação institucional e as reformas da NOMIC. Ademais, a delegação estadunidense mostrava-se insatisfeita com a ausência de políticas mais rígidas nas questões orçamentárias e com os problemas de origem administrativa (HOUSE OF REPRESENTATIVES STAFF REPORTS, 1984). Contra esse pano de fundo, a delegação estadunidense oficializava o desejo de deixar a instituição na década de 1980. Conforme previsto pela Constituição de 1945, “um Estado membro poderá se retirar da UNESCO mediante notificação apresentada ao Diretor-Geral, [e] essa notificação surtirá efeito em 31 de dezembro do ano seguinte àquele no qual se fez a notificação” (119th EX/4, 1984, p. 3)¹¹.

Como mencionado anteriormente, de acordo com Hawkins *et alii* (2006), embora as OIs sejam criadas para atender a interesses estatais, essas podem vir a adquirir autonomia

11 Talvez seja ocioso lembrar que o que se dá, entre 1983 e 1984, é a formalização de saída do maior contribuinte financeiro da UNESCO.

e autoridade tais que lhes permitam recusar as políticas impostas por seus Estados membros com grandes capacidades. Nessa conjuntura crítica, verificava-se que, a despeito da presença de observadores estadunidenses, a ausência da participação e das contribuições dessa delegação certamente implicaria redução orçamentária, o que causaria impactos diretos nos programas da UNESCO. A 119ª reunião do Conselho Executivo da UNESCO, em documento publicado em 1984, avaliava que a ausência dos Estados Unidos no plano de recursos representaria um déficit de 25% das contribuições do conjunto de Estados membros, o que, certamente, impulsionaria a Organização a revisar a amplitude e a modalidade de execução de muitos de seus programas (119th EX/4, 1984, p. 9).

Destarte, o que esse segundo momento analisado parece evidenciar é como os Estados Unidos buscam traduzir sua forte participação financeira dentro da UNESCO em meios institucionais para propagandear seus ideais de política externa. Como observado, no contexto da Guerra Fria a instituição internacional mostrava-se um espaço profícuo para difundir informações e auxiliar no combate à alegada ameaça comunista. No entanto, deu-se que, a despeito da dependência da UNESCO de aportes financeiros, não houve concessões aos interesses estadunidenses com a frequência esperada. Põe-se em relevo, cada vez mais, um contexto decisório que busca garantir a primazia de uma arena para a contestação política e a inclusão de seus Estados partes. Por fim, esse cenário já começa a evidenciar a díade crise/reforma no interior da OI. Em outros termos, as crises passam a ser geradas pela limitação orçamentária, e, geralmente, vêm acompanhadas de tentativas de reformar o aparato burocrático, produzindo maior resiliência da UNESCO e das iniciativas de cooperação global nos seus domínios institucionais.

4 Em meio a compromissos e retrocessos: os Estados Unidos e a UNESCO nos anos 2000

Após duas décadas afastados da Conferência Geral da UNESCO, os Estados Unidos começaram, nos anos 2000, a manifestar o interesse de retornar à instituição. Nesse período, em função dos atos terroristas de 11 de setembro de 2001, notavam-se reformulações nos planos estratégicos de política externa, com ênfase na segurança internacional. Os ataques de setembro de 2001 tornaram-se emblemáticos para os Estados Unidos, e a UNESCO, novamente, voltou a ser alvo de interesse do país, pois poderia transformar-se em plataforma para globalizar o discurso defendido pelo governo naquele período.

A aproximação entre o então Presidente George W. Bush (2001-2009) e o então Diretor-Geral Koichiro Matsuura (1999-2009) sugeria uma possibilidade de se aliar interesses dos Estados Unidos com os da UNESCO, de modo a favorecer o retorno da delegação estadunidense para o seio da instituição. A criação de estratégias de cooperação e diálogo internacional para combater o terrorismo passava, assim, a ser fomentada dentro da OI. Notava-se, ainda, a mudança na agenda dos discursos proferidos por Koichiro Matsuura, sendo postas em prática reformas na instituição que se coadunavam com as novas aspirações propostas por George W. Bush, a partir de 2001. É importante destacar que a UNESCO trabalha em harmonia

com a dinâmica dos acontecimentos internacionais e, por isso, prioriza a inserção de temas contemporâneos na construção de suas agendas, buscando contribuir para a cooperação entre os povos e a promoção da paz. Entre os anos de 2001 e 2002, os discursos aliados às iniciativas de Koichiro Matsuura endossavam, pois, a temática de segurança internacional.

A UNESCO passava a trabalhar com uma agenda voltada para o terrorismo no século XXI, fato que parecia convergir com os interesses e preocupações da política externa de Bush entre 2001-2004. Como exemplo, alguns princípios foram traçados pela UNESCO. Alegava-se, por exemplo, que “o terrorismo não poderia ser justificado, quaisquer que fossem as razões, e atos terroristas deveriam ser condenados de maneira inequívoca” (MATSUURA, 2001, p. 342). Em meio à chance de acomodação de mudanças relacionadas à inclusão do terrorismo na pauta de atuação da UNESCO, em 12 de setembro de 2002, George W. Bush declarou que “a organização passou por reformas e os EUA vão participar integralmente nesta missão de avanço dos direitos humanos, tolerância e aprendizado” (WANNER, 2005, p. 29).

O retorno dos Estados Unidos à UNESCO em 2002 implicaria também a elevação de recursos financeiros disponíveis para a execução de programas. De 2002 a 2011, a instituição traçou metas de abrangência maior, nas diversas competências em que recai sua atuação. Ao se compararem os planos orçamentários de 2002 e 2011, nota-se uma variação considerável do orçamento regular, que passou de US\$ 544.367.250, em 2002, para US\$ 653.000.000, em 2011 (UNESCO, 33 C/5 2006-2007 p. 29). A mudança orçamentária entre 2000 e 2011 mostra uma elevação de aproximadamente 20% nas contas institucionais, sugerindo que a organização internacional poderia expandir seu planejamento orçamentário para as grandes áreas e ficar menos dependente de recursos extraorçamentários, o que se refletiria, em muitos casos, em impactos positivos na construção e execução de seus programas. Desde os anos 2000, com a reentrada dos EUA, foi observada a aprovação de orçamentos maiores, que seriam destinados à contratação de pessoal e aos gastos com atividades e programas, situação que se configurava em função dos recursos que vieram a ser aportados na instituição nessa nova fase.

Cumprе sublinhar que, mesmo nesse novo cenário de significativas contribuições estadunidenses, não se tem a total hegemonia do Estado norte-americano no interior da instituição. No período de 2003 a 2011, algumas políticas eram aprovadas sem o apoio da delegação dos Estados Unidos. Um exemplo eloquente disso foi a aprovação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em 2005. Se, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos contestaram as reformas relacionadas ao direito de mídia e liberdade de expressão, em 2005, o fato se repetiria. Como esperado, na 33ª Conferência Geral da UNESCO, o documento foi votado e contou com 2 votos contrários, a saber, os de Estados Unidos e Israel, e 148 votos a favor (KOZYMKA, 2014). Diante dessa avassaladora maioria, o documento passou, mesmo com a objeção estadunidense. Nota-se, por suposto, uma tendência da política externa estadunidense em obstar ações relacionadas ao livre fluxo de informação e à diversidade de manifestações culturais.

Diferentemente dos anos de 1980, na primeira década dos anos 2000 os Estados Unidos permaneceram na UNESCO, mesmo diante da insatisfação com a aprovação da Convenção sobre a Diversidade Cultural de 2005. Como mencionado anteriormente, a UNESCO adota um aparato burocrático próprio, que pode ser considerado como relativamente democrático, e os eventos da

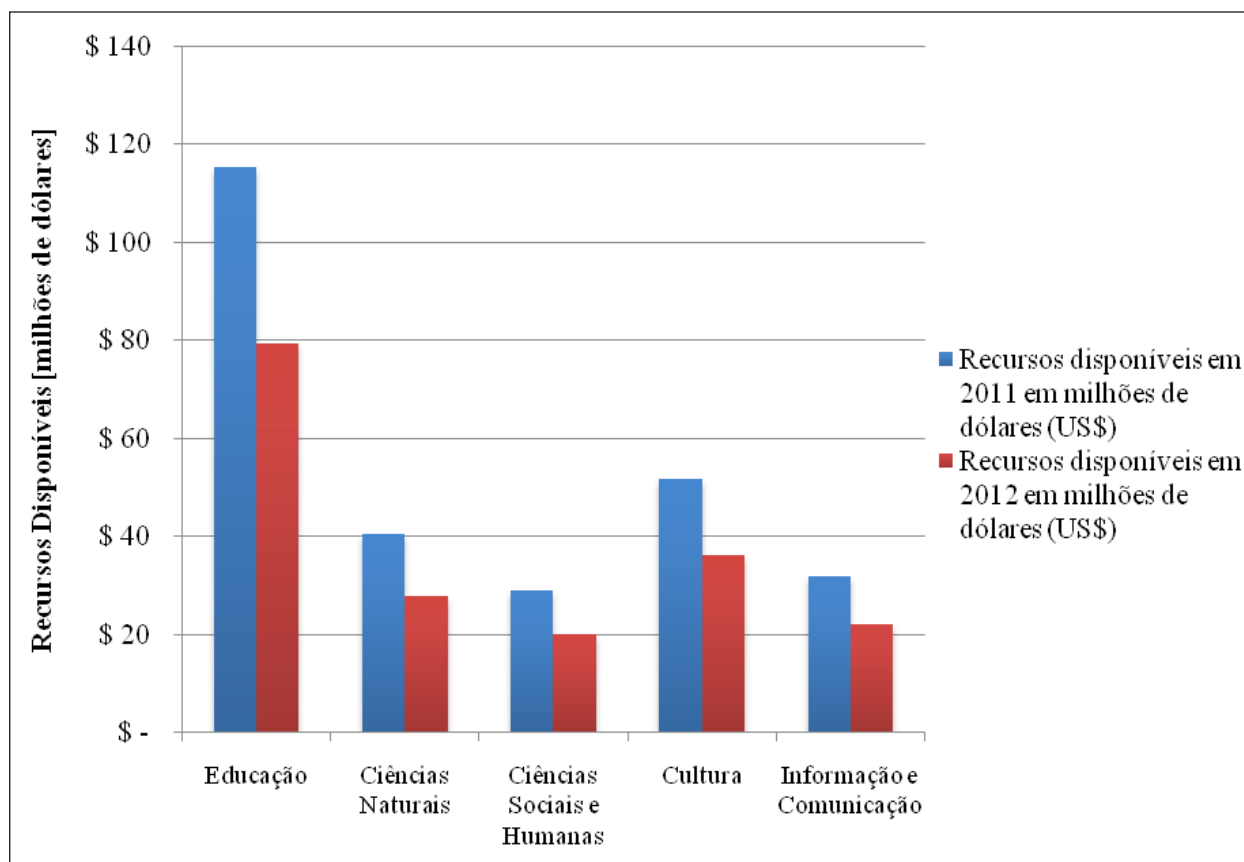
década de 1980 e de 2005 sugerem a autonomia da UNESCO para legitimar decisões, mesmo mediante objeção de um de seus grandes contribuintes. Mesmo em situação de impasse, a organização internacional, nos anos 2000, passara a operar com fluxos orçamentários mais robustos e programas de ação com escopo mais amplo, quando comparados aos da década de 1980 (UNESCO, 36C/5, 2010-2012).

A curva orçamentária ascendente encontraria um declive a partir de 2011, ano em que a reivindicação da Palestina para se tornar um Estado membro ganhou vigor nas discussões da Conferência Geral da UNESCO. Na plenária, deu-se início à votação a respeito da incorporação palestina, no que 107 membros posicionaram-se a favor (dentre eles, países da África, América Latina e Caribe em massa), 14 contrários (dentre eles, EUA e Israel) e 52 se abstiveram. Em virtude da maioria de votos alcançada, na 36ª Conferência Geral foi então formalizada a entrada daquele novo membro. Desde novembro de 2011, portanto, a Palestina é oficialmente um Estado parte da UNESCO, podendo integrar as conferências e votar sobre as diretrizes que serão ratificadas na instituição (UNESCO, 36C/5, 2011). Cumpre destacar que, nos termos da Constituição de 1945 da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, os Estados não membros da Organização das Nações Unidas (ONU) podem vir a se tornar membros da UNESCO. A Constituição prevê que a “adesão de novos Membros pode ocorrer mediante recomendação do Conselho Executivo, pelo voto de dois terços da maioria dos Estados membros presentes e votantes na Conferência Geral” (SCHAEFFER, 2011, p. 3). Inapelavelmente, a Palestina tornou-se um Estado com direito a voz e voto nas instâncias decisórias da UNESCO.

Cabe também citar que a contestação do Estado norte-americano ao ingresso do novo membro está ancorada na luta contra o terrorismo e nas leis 101-246 e 103-236¹², adotadas em 1990, as quais proíbem o envio de donativos às agências intergovernamentais em que a representação palestina for reconhecida como Estado parte (SCHAEFFER, 2011). No entanto, a entrada da Palestina trouxe consigo uma nova fase dentro da instituição. Em que pesem a autonomia e a autoridade sobre as decisões, o poder de agência de OIs como a UNESCO está atrelado, em boa medida, à contribuição financeira de seus *principals*, isto é, de seus Estados membros. A admissão da Palestina, por conseguinte, desencadeou um duro golpe para as contas institucionais, visto que os Estados Unidos decidiram-se por suspender as contribuições anteriormente destinadas à Oi. Tem-se, portanto, um novo cenário de significativa redução orçamentária, como será demonstrado na Figura 1, abaixo:

12 Os Estados Unidos não deverão destinar qualquer contribuição voluntária ou contribuições regulares: (1) a qualquer organização afiliada da Organização das Nações Unidas que permita a plena adesão como um Estado a qualquer organização ou grupo que não têm os atributos reconhecidos internacionalmente de um Estado, ou (2) para as Nações Unidas, se as Nações Unidas concederem plena adesão como Estado na ONU a qualquer organização ou grupo que não tenha os atributos reconhecidos internacionalmente de existência do Estado, durante todo o período em que essa adesão for eficaz (Lei 103-236 *apud* SCHAEFFER, 2011, p.15).

Figura 1 – Impacto decorrente da redução orçamentária em 2011



Fonte: Elaboração nossa, a partir dos dados disponibilizados em UNESCO 189 EX/15, 2012 (In: FERNANDES, 2015, p. 127).

Mesmo em meio à crise financeira desencadeada desde a admissão da Palestina, e a despeito da oposição estadunidense, Irina Bokova (2011), Diretora-Geral que sucedeu Matsuura, declarou que a aceitação de um novo membro poderia ser uma oportunidade para fortalecer a instituição, ainda que muitos desafios pudessem surgir com essa admissão. A Diretora Geral declarava que o momento poderia ser oportuno também para consolidar os ideais defendidos pela UNESCO (BOKOVA, 2011). Com a declaração, Bokova sugeria abertamente um possível cenário de dificuldades devido às querelas entre estadunidenses e a organização internacional.

A UNESCO vivenciou, pois, nova situação crítica, em que os seus recursos já não mais conseguem cobrir as ações e programas aprovados pelos planos bienais da instituição. Ao se fazer a análise do Relatório Financeiro de 31 de dezembro de 2012, *Financial Report Audited and Consolidated, 2013*, Irina Bokova relatou que o período financeiro da instituição sofreu o impacto da suspensão de doações de um dos seus maiores contribuintes e, conseqüentemente, para manter as finanças equilibradas, o orçamento fora reduzido em 29% do total, representando corte de 188 milhões de dólares (UNESCO, *Financial Report, 2013*, p. 9). Com essa redução drástica, muitos dos projetos e programas propostos pela instituição foram suspensos ou cancelados, e o fundo de emergência da UNESCO foi ativado, na tentativa de manter alguns dos programas prioritários em andamento. Desde 2011, portanto, os Estados Unidos não destinam a

ajuda externa que comporia o orçamento regular da UNESCO. Em 2013, o país norte-americano, juntamente com Israel, perdeu o direito de voto na Conferência Geral, devido ao não pagamento das doações programadas.

O que se nota, nesse terceiro momento avaliado, é uma apreciável autonomia institucional da UNESCO e a busca pela consolidação de um espaço burocrático mais inclusivo e menos dependente dos Estados Unidos. De um modo geral, como afirma Coate (1988), a UNESCO mostra-se um grande “problema” à política externa estadunidense, pelo fato de, em muitos momentos, traçar políticas que divergem das expectativas almejadas pelos representantes de Washington.

5 Conclusões

Conforme apontado por Hawkins *et alii* (2006), os “agentes” podem adquirir autonomia e não atuar de acordo com os interesses dos seus “principais” (*principals*) no interior de organizações internacionais. De acordo com esses autores, as estratégias independentes do agente podem afetar a decisão do principal e o nível de autonomia adquirido pelo agente (HAWKINS ET ALII, 2006). Transferindo o raciocínio para o caso em estudo, a autonomia adquirida pela UNESCO está limitada às ações por ela traçadas. Isso fica claro nos eventos da década de 1980 e nos anos 2000. No primeiro momento histórico, notamos a resposta institucional para as desigualdades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, o que culminaria na defecção de um dos seus maiores contribuintes. Nos anos 2000, em meio à Doutrina Bush e reconfiguração do discurso propagado pela UNESCO, tem-se o retorno da delegação estadunidense, o que sugere, de fato, que o plano político adotado pelo *principal* traz impactos na relação com seu agente, podendo-se corroborar a ideia de que os Estados membros da UNESCO concedem uma autoridade limitada para essa organização internacional.

Ademais, é possível afirmar que a UNESCO é uma instituição que preocupa a política externa estadunidense, por nem sempre atender às suas reivindicações (em termos de *policy making*). De acordo com Campbell (2013), os Estados Unidos vêm postulando maiores benefícios institucionais em função da elevada ajuda externa destinada a essa OI; no entanto, a UNESCO, com razoável frequência, se pronuncia contrariamente aos desígnios da Casa Branca, não alterando suas normas institucionais para atender a exigências particularistas de seus contribuintes (BLANCHFIELD ET ALII *apud* CAMPBELL, 2013).

O que se conclui, portanto, é que em função da dependência de aportes financeiros dos Estados Unidos, a capacidade de atuação da UNESCO torna-se constrangida e, dessa maneira, algo vulnerável à agenda de política externa norte-americana. Os EUA, ao longo dos anos, vêm obstando sistematicamente a tomada de decisão nas arenas decisórias da UNESCO, o que pode levar à debilidade daquele arranjo político-diplomático-institucional e ao enfraquecimento dos programas institucionais da UNESCO, em função da instabilidade orçamentária.

Destaca-se que os Estados Unidos exercem um importante papel na cooperação tecnológica, científica e cultural no mundo, enquanto contribuintes desses programas. Porém, o papel dos Estados Unidos dentro da UNESCO é, de certo modo, paradoxal, pois, apesar desse

esforço para a cooperação e do subsídio a países periféricos, nota-se também o grande esforço feito em prol da transnacionalização e globalização de ideais e valores nacionais, que podem servir para legitimar as solicitações feitas por indivíduos e empresas estadunidenses no plano global. Além disso, a despeito de se identificar a ação ostensiva dos Estados Unidos sobre o setor de Comunicação e Informação na década de 1980 e dos inúmeros esforços destinados à contenção do terrorismo a partir de 2003, não se pode afirmar que os EUA sempre buscarão projetar seus interesses por meio de uma mesma estratégia. Mais adequado seria afirmar que o contexto histórico e as doutrinas estadunidenses criadas pelos Presidentes da República implicam formas distintas de se utilizar o poder brando nessa plataforma de diplomacia pública.

Assim, se nos primeiros anos da UNESCO, de 1945 a 1957, os Estados Unidos defenderam a pauta da educação para os países devastados pela Segunda Guerra Mundial, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por políticas voltadas à diversidade cultural e à abertura aos países recém-independentes. No que se relaciona à atuação dos Estados Unidos, a cultura começava a ganhar destaque, devido à possibilidade de exportar um modelo que seria útil para cooptar Estados a seguir o estilo de vida difundido pelos norte-americanos. Na era Reagan, década de 1980, a política externa mais agressiva acirrou as disputas entre os blocos capitalista e comunista, criando um novo momento na Guerra Fria. As preocupações estadunidenses estavam voltadas para o controle do fluxo de informações dentro da UNESCO, levando ao rompimento das relações entre esses dois atores.

No início dos anos de 1990, com o governo de Bill Clinton, a consolidação de acordos multilaterais com outros países parecia abrir espaço para que as relações entre os Estados Unidos e a UNESCO fossem retomadas em alto nível. Ao longo desse governo, notava-se, na UNESCO, a presença de observadores e eram destinadas ajudas voluntárias para programas específicos, que eram contabilizadas em meio aos recursos extraorçamentários. Na era Bush Jr., os atentados terroristas tomaram de assalto os discursos internacionais e, na gestão de Matsuura, os EUA retornariam à UNESCO, buscando propagar políticas contra o terrorismo, principalmente nas áreas de Educação e Cultura. Observava-se, ainda, sensível alteração de políticas também nas áreas de Ciência, Comunicação e Informação. No governo de Barack Obama, tem-se argumentável retrocesso nessas relações, explicado pelo reconhecimento da Palestina enquanto Estado membro da organização, levando à retração orçamentária e, por conseguinte, ao menor impacto da atuação dessa delegação na UNESCO.

Em suma, existem diversas maneiras pelas quais os Estados Unidos projetam seus interesses na UNESCO. A projeção da sua voz mostrou-se, em muitos casos, vinculada ao Setor de Comunicação e Informação (C&I). Ainda que o segmento C&I não tenha sido incorporado no acrônimo que dá nome à UNESCO, ele acaba assumindo inegável relevância para a política externa estadunidense, em função de se mostrar um meio direto para controlar os conteúdos que serão propagandeados. Como mencionado, o grande impasse da década de 1980 esteve relacionado a uma nova ordem em comunicação e informação. Nos anos 2000, a preocupação estadunidense com o discurso antiterrorista assumiria o centro do palco e reformularia as estratégias de segurança nacional de modo a, novamente, exercer controle sobre o que seria difundido no plano internacional. Por fim, mas igualmente importante, para além da contestação estadunidense à Convenção sobre a Diversidade Cultural, de 2005, identificamos

o impasse relacionado à admissão da Palestina na instituição como novo divisor de águas. Conforme narrado, o reconhecimento da Palestina implicou severas reduções no orçamento regular da OI, devido à suspensão da ajuda externa dos Estados Unidos. A despeito da redução orçamentária, constatou-se, em contrapartida, que o foco do orçamento passou a ser deslocado para os recursos extraorçamentários, de modo que alguns doadores alternativos puderam ampliar as contribuições de recursos destinados à UNESCO, numa possível tentativa de equilibrar as finanças orçamentárias e, naturalmente, colher os benefícios políticos desse tipo de “intervenção reparadora”.

Mesmo com o alargamento da base de recursos, a instituição enfrenta, atualmente, severos problemas para a implementação de vários dos seus projetos. O que se pode dizer sobre o tópico é que, embora a UNESCO seja uma instituição que revele um caráter relativamente mais democrático, especialmente quando comparada ao funcionamento de muitas outras instituições globais, existem lacunas e barreiras no seu processo operacional e burocrático. Por fim, por meio da investigação da projeção de interesses dos Estados Unidos na UNESCO, foi possível diagnosticar algumas das falhas que existem nas suas instâncias decisórias, diretamente decorrentes da atuação político-diplomática de um dos seus maiores contribuintes.

6 Referências

ARCHIBALD, Gail. 1993. *Les Etats-Unis et L'UNESCO– 1944-1963 Les rêves peuvent-ils resister à la réalité des relations internationales?* Publications de la Sorbonne, Paris.

AYERBE, Luis Fernando (org.). 2009. *De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina*. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 260p.

BORGES, Bruno de Moura de. 2004. Uma Teoria de Instituições em Declínio: Reavaliando Saída, Voz Lealdade de Hirschman para as Instituições Internacionais. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro– pp 249-286, vol 26, nº 2 jul/dez 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292004000200001&script=sci_arttext>

BOKOVA, Irina. 2010. Speech by Ms Irina Bokova on the occasion of the information meeting for Member States and the UNESCO Secretariat. UNESCO July. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001886/188618e.pdf>> Último Acesso: 08/05/15

BOKOVA, Irina. 2011. Discurso de Irina Bokova Directora General de la UNESCO. Introduccion al punto 10.7 “Fondo de Operaciones: cuantia y administración Del Fondo” 36º reunion de la Conferência General. UNESCO, 2011. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002140/214084s.pdf>> Último Acesso: 08/05/2015

BOKOVA, Irina. 2013. Adress by Irina Bokova, Director General of UNESCO on the occasion of the Loss Voting Rigths, UNESCO November 2013– Disponível em:<http://www.unesco.org/new/en/media-services/single-view/news/irina_bokova_regrets_the_loss_of_voting_rights_by_the_united_states/#.VU1Rt5PQPYM> Último acesso: 08/05/2014.

CAMPBELL, Adams E. 2013. The United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization– In: *The United Nations, UNESCO and The World Heritage Convention*. Policy Reform Issues for the U.S– Global Political Studies, Nova Science Publishers.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. 1945. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/carta>>. Último acesso: 10/05/2015.

COATE, Roger. 1988. *Unilateralis, Ideology and Foreign Policy*. 1988. The United States In and Out of UNESCO– Lynne Rienner Publishers.

DECLARAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE CULTURAL. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> Último acesso: 10/05/2015

DINIZ, Eugenio. 2009. *Estados Unidos Política Externa e Atuação na Política Internacional*– Editora PUC MINAS, Belo Horizonte, Minas Gerais.

EVANGELISTA, Ely. 1999. Guimarães dos Santos– A UNESCO e o mundo da Cultura – Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas.

FERNANDES, JÉSSICA S. 2015. A projeção de poder estatal e a transnacionalização de interesses: Uma análise da atuação dos Estados Unidos na UNESCO (Dissertação de Mestrado). Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FINANCIAL REPORT 2012. Audited and Consolidated For the Year Ended in 31 December 2012, Published in 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002228/222843e.pdf>> Último Acesso: 13/12/2014.

FRAUG-MEIGS, Divina. 2011. El retorno de los Estados Unidos al seno de la Unesco: ¿Flexibilidad o endurecimiento ante el fantasma de MacBride? *Quaderns del CAC*: Número 21, Universidad París Sorbonne, 3.

HAWKINS, Darren G.; LAKE, A. David; NIELSON, Daniel L.; TIERNEY, Michael J. 2006. *Delegation and agency in international organizations*– University Press, Cambridge.

HOUSE OF REPRESENTATIVES STAFF REPORTS. 1984. US withdrawal from UNESCO– Hearings before the subcommittees on Human Rights and International Organizations– and on international operations, of the committee on foreign affairs house of representatives, Ninety Eighth Congress, Second Session. Printed for the use of Committee on Foreign Affairs May.

HUXLEY, Julian. 1946. *UNESCO its purpose and its philosophy*– Preparatory Commission of The United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organisation, Inglaterra.

IKENBERRY, G. John. 2001. *After Victory-Institutions, Strategic restraint and the rebuilding of order after major wars*. Chapters 1, 3,5,6,7 Princeton University Press.

KOZYMKKA, IRENA. 2014. *The Diplomacy of Culture* – Palgrave Macmillan, New York.

MATSUURA, Koichiro. 2002. Responding to the Challenges of the 21st Century– Selected Speeches 2002– Published in 2004 by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France, 390p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001378/137872e.pdf>> Último Acesso: 19/12/2014

_____. Koïchiro. 2004. *New Ignorances, New Literacies*– Selected Speeches 2003-2004– Published in 2007 by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France, 399p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001536/153631eo.pdf>> Último Acesso: 19/12/2014

_____. Koïchiro. 2002. *A UNESCO e os desafios do Novo Século*– tradução de Jeanne Sawaya, Oswaldo Biato e Sérgio Bath. – Brasília: UNESCO, 2002, 252p. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/unesco_desafios.pdf> Último Acesso: 12/12/2014.

MAUREL, Chloé. 2004. – L’ UNESCO, entre abolition et preservation des frontières culturelles. Publications de la Sorbonne, p. 119– 129, France.

_____, Chloé 2005. – L’ UNESCO de 1945 à 1974– Thèse d’ histoire contemporaine. École doctorale d’ Histoire de Paris, Juin.

_____, Chloé 2009a.– L’ UNESCO aujourd’hui – Vientegme Siécle Rêvue d’histoire. Presses de Sciences Po, n° 102, p. 131-144.

_____. Chloé 2009b – La World/ Global History– Questións et débats Presses de Science Po, p. 156-166, Rêvue d’ Histoire n°1,04, France.

_____. Chloé. 2011.– L’ UNESCO: une plateforme pour les circulations transnationales de savoirs et d’ idées (1945-1980). Presses de Science Po. Histoire e Politique, France.

_____. Chloé. 2013. L’ action de L’ unesco dans le domaine de la Reconstruction-Politique, culture, société. Histoire Politique, n° 19, janvier-avril, France.

MACBRIDE, Sean 1980. *Many voices One world*– Towards a new more just and efficient world information and communication order, UNESCO, Paris.

MORAVCSIK, Andrew 2004. Is there a “Democratic Defict in World” Politics? A Framework of Analysis. *Government and Opposition*, Volume 39, Issue 2, pages 336–363, Spring 2004.

NYE, Joseph Jr 2002. *The Paradox of American Power: Why the World’ Only Superpower Can’t Go it Alone*. Oxford University Press, New York.

_____. Joseph Jr. 2004. *Soft Power The means to success in world politics*– p. 33–72 Sources of American Soft Power– Public Affairs, United States.

PARMAR, Inderjeet; COX, Michael 2010. *Soft Power and US Foreign Policy*. Theoretical historical and contemporary perspectives. Routledge studies in US foreign policy, London.

PETITJEAN, Patrick. 2006a. The ‘Periphery Principle’: UNESCO and international commitment of scients after World War II. The Global and the Local: The History of Science and the Cultural Integration of Europe. Proceedings of the 2nd ICESH Cracow, Poland, September 6–9.

_____, Patrick. 2006b. *Introduction Visions and revisions Defining UNESCO’s Scientific Culture 1945-1965*. Recherches Epistémologiques et Historiques sur les Sciences Exactes et les Institutions Scientifiques) of the French National Centre for Scientific Research (CNRS) and University of Paris 7.

PRESTON Jr, Willian; HERMAN, Edward S; SCHILLER Herbert I. 1989. *Hope and Fooly: the US and UNESCO, 1945-1985*; preface by Séan MacBride; introduction by Ellen Ray and Willian H. Schaap; prepared by the Institute for Media Analysis, University of Minnesota Inc., New York.

SATHYAMURTHY, T. V. 1964. *The Politics of International Cooperation– Contrasting Conceptions of UNESCO*. Travaux de Droit D' Économie, de Sociologie et de Sciences Politiques-Gêneve Libraire Droz.

SCHAEFER, Brett D. 2011. What Palestinian Membership Means for UNESCO and the rest of the United Nations– Published by the Heritage Foundation– N 2633 December 12.

SEINTENFUS, Ricardo Antônio S; Ventura, Deyse F. L. 2005– *Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a Guerra?* Santa Maria, FADISMA, 48 P.

SINGH, John. P. 2011 *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) Creating norms for a complex world*. Routledge Global Institutions, New York, 166p, 2011.

TOYE, John; TOYE, Richard 2010. "One world two cultures? Alfred Zimmern, Julian Huxley and its ideological origins of UNESCO". *History*, Volume 95, Issue 319, pages 308–331, July 2010.

UNESCO– UNESCO Executive Board– Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/executive-board/members/>> (Último acesso: 06/07/2014)

_____ 119 th/ EX 14. 1984. Comunicación del Secretariado de Estado de los Estados Unidos relativa a la retirada de los Estados Unidos da America– <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000591/059131so.pdf>> . (último acesso: 05/03/15)

4X/ EX/ Inf 4. 1985– Consequences of the withdrawal of a member state from UNESCO– <<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000628/062823eb.pdf>> (último acesso 05/03/15)

_____ Approved Programme and Budget 2002-2003– General Conference 31th Session Paris, 31C/5, Published in 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001253/125343e.pdf>> Último Acesso: 10/12/2014

_____ Approved Programme and Budget 2004– 2005– General Conference 32th Session Paris, 32C/5, Published in 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001341/134100e.pdf>> Último Acesso: 10/12/2014.

_____ Aproved Programme and Budget 2006-2007– General Conference 33th Session Paris, 33C/5, Published in 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001449/144964e.pdf>> Último Acesso: 10/12/2014.

_____ Approved Programme and Budget 2008-2009– General Conference 34 th, Session Paris, 34C/5, Published in 2008. Disponível em: <http://www.unesco.org/science/doc/SC_34_C5.pdf> Último Acesso: 12/12/2014.

_____ Approved Programme and Budget 2010–2011– General Conference 35th Session Paris, 35 C/5, Published in 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001870/187028e.pdf>> Último Acesso: 13/12/2014.

_____ 189 EX/15. 2012. Part 1-Financial Situation of the Organization and its Implications for the implementation of the Document 36 C/5, Paris, February, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002152/215202e.pdf>> Último Acesso: 15/12/2014.

_____ 191 EX/26. 2013– Item 26 of the provisional agenda– Financial Situation of the Organization and its implications for the implementation of the 36C/5. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002200/220045e.pdf>> Último Acesso: 16/12/2014.

_____ 2013. Facts and Figures: UNESCO's Responses to the financial crisis, Paris, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/BPI/EPA/images/media_services/Director-General/response-financial-crisis.pdf> Último acesso: 15/08/2014

WANNER, Raymond. 2005. The United States and UNESCO: Beginnings (1945) and New Beginnings.

WESSON, Robert G. 1977. *A Nova Política Externa dos Estados Unidos*. Tradução de Antônio José da Silva e Sousa. Rio de Janeiro, Editora Zahar.

Recebido em: 16 julho 2015

Aceito em: 04 outubro 2015